

Musealização de objetos arqueológicos: Estudo de caso sobre as louças do Sítio Engenho do Murutucu em Belém-PA.

Amanda Daltro de Viveiros Pina

Bacharel em Direito – CESUPA

Bolsista PIBIC/CNPq

amandadaltro1@gmail.com

Diogo Menezes Costa

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPA

Pós Doutor em Arqueologia – UFMG

Ph.D. em Antropologia – UF/USA

dmcosta@ufpa.br

Hugo Menezes Neto

Coordenador do Curso de Graduação em Museologia – UFPA

Doutor em Antropologia – UFRJ

Mestre em Antropologia – UFPE

hugomenezes@hotmail.com

Resumo: A Arqueologia Histórica e a Museologia trabalham de forma interdisciplinar visando a salvaguarda do patrimônio histórico através da musealização. Este artigo, portanto, problematiza conceitos do campo da Museologia aplicados ao contexto arqueológico. Teremos como estudo de caso os vestígios de louça provenientes das escavações do Sítio Engenho do Murutucu. Com base nesse material, poderemos colaborar com os debates sobre processos de musealização e analisar uma possível musealização voltada às louças arqueológicas em território amazônico.

Palavras-chave: Museologia. Arqueologia Histórica. Amazônia. Engenho do Murutucu.

Abstract: The Historical Archaeology and Museology work together to improve the historical heritage through a different musealization of archaeological objects. This article aims study concepts of museology teory applied in the archaeological context. We will have a case study about tablewares excavated in the *Sítio Escola Engenho do Murutucu/Brazil*. From the tablewares of this site we can see the possible musealization of this material in Amazon territory.

Keywords: Museology. Historical Archaeology. Amazon. Engenho do Murutucu.

INTRODUÇÃO

A Museologia é um campo de conhecimento interdisciplinar e dialoga frequentemente com diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a Arqueologia. Ambas as disciplinas trabalham em prol da salvaguarda do patrimônio histórico, porém,

precisamos problematizar de que forma a Museologia pode pensar no conceito de musealização aplicado especificamente para objetos arqueológicos. Os remanescentes materiais em louça exumados do Sítio Engenho do Murutucu servirão como estudo de caso para pensarmos a musealização de forma diferenciada para materiais arqueológicos.

O presente artigo inicia-se com a articulação e problematização de conceitos ligados à Museologia, tendo como objetivo colaborar com este campo de conhecimento, a partir da análise de seus conceitos teóricos e práticos. Validando sua natureza autônoma e independente, no sentido de criar-se e se recriar livremente no tocante à sua linguagem e técnicas profissionais (LIMA, 2013: 383).

Necessitamos de um diálogo livre e aberto entre Arqueologia e Museologia em prol da salvaguarda da cultura material que ambos gerenciam e de que forma os objetos arqueológicos serão estudados, conservados e expostos para a população em geral, levando esse conhecimento para além do círculo acadêmico (BRUNO, 2014: 5 e CÂNDIDO, 2005: 78).

Os museus são considerados instituições públicas que promovem ações educativas em prol dos bens arqueológicos, demonstrando a clara conexão entre Arqueologia, sociedade e Museologia. Neste enfoque, em parceria com a Museologia, a Arqueologia poderá vislumbrar uma maior democratização do patrimônio e do conhecimento produzido em laboratório, partilhando os resultados advindos de diversas pesquisas que circundam a cultura material estudada.

A base para nosso estudo de caso encontra-se ancorada em uma produção de iniciação científica (PIBIC/CNPq) o qual foi produzido durante o período de 2013 à 2016, referente especificamente às louças exumadas do Sítio Histórico e Arqueológico Engenho do Murutucu. Esta produção científica está vinculada ao Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos.¹

Foi desenvolvida uma ampla pesquisa bibliográfica direcionada à conceitos amplamente utilizados no campo da Museologia em consonância com conceitos ligados à Arqueologia e à Antropologia, dentre eles: o conceito de musealização, patrimônio histórico, ressignificação e cultura material. A pesquisa em questão foi a serviço da crítica que tecemos acerca do tratamento diferenciado para objeto arqueológicos quando falamos no conceito de musealização.

¹ Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Diogo Menezes Costa.

Aliada às bibliografias, realizou-se a etapa laboratorial para a devida coleta de informações advindas da louça. A fase de laboratório teve início com a realização da lavagem, separação e numeração de todas as peças. Posteriormente, ocorreu a análise das louças observando seus atributos morfológicos e tecnológicos (ZANETTINI, 1986: 120). Após a catalogação das peças, planilhas e gráficos foram montados. Por fim, analisaremos os dados mais significativos e os pensaremos de acordo com conceitos relacionados à cultura material (PINA, 2016: 5).

O processo de musealização destes objetos será tratado através de uma visão crítica. Utilizaremos diversos autores que trabalham com o conceito de musealização para então aplicá-los ao contexto arqueológico, levando em consideração o objetivo deste trabalho: contribuir com o campo teórico e prático da Museologia no tocante a objetos arqueológicos (BRUNO, 2014: 5 e LIMA, 2013: 381).

A pesquisa dentro do Sítio Engenho do Murutucu mostra-se também importante para a história da Amazônia, pois elucidará importantes fases do período colonial e “pós-colonial” a partir de estudos dos remanescentes materiais coletados no sítio, contribuindo também para aumentar a produção científica relacionada à Arqueologia Histórica e à Museologia na Amazônia. Portanto, as louças do Sítio Engenho do Murutucu são utilizadas neste trabalho de forma pioneira como estudo de caso para pensar conceitos museológicos aplicados à louças encontradas em solos amazônicos.

Por conseguinte, teremos um tópico intitulado o ciclo das louças, que abordará o objeto material em si, através de um esquema didático e explicativo. Iremos explicar as etapas deste processo e demonstraremos de que forma a musealização das louças do Sítio Engenho do Murutucu é possível e viável.

Estamos falando de algo inovador quando nos referimos a louças em solos amazônicos, sobretudo estudos acerca de uma possível musealização diferenciada para objetos arqueológicos. As críticas produzidas podem colaborar com os debates no campo da Museologia e da Arqueologia. Por essas razões, este artigo torna-se importante para acadêmicos oriundos do campo da Museologia, da Arqueologia e também para a população em geral.

Como proposta de intervenção, trouxemos a sugestão de uma exposição de peças em louça advindas do Engenho do Murutucu atrelada ao Projeto de Extensão já existente como parte do Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos

Subalternos. Através da exposição, teremos o alicerce para a efetiva musealização das louças, inter-relacionando a teoria e a prática museológica (LOUREIRO 2009: 108).

MUSEALIZAÇÃO DE OBJETOS ARQUEOLÓGICOS

Um campo de conhecimento é constituído a partir de um processo histórico com o objetivo de alcançar autonomia, juntamente com a fixação de suas bases teóricas e práticas. De acordo com Diana Farjalla Correia Lima “a condição independente ou autônoma, exatamente e de modo exclusivo, é o elemento que distingue e define um campo” (LIMA, 2013: 51).

O campo da Museologia vem firmando suas bases como conhecimento científico há pouco mais de meio século, portanto, pode ser considerado um campo relativamente novo e que necessita delimitar constantemente suas “linhas invisíveis” no meio científico e também no território acadêmico (LIMA, 2013: 50).

A Museologia legitima-se como conhecimento científico de diversas formas, dentre elas: sua linguagem própria, universalizada para pessoas que trabalham no âmbito dos museus; especialistas na área, com formação acadêmica; teorias e práticas museológicas, desenvolvidas de forma dinâmica e ainda em construção; delimitação de seu objeto de estudo e, respaldo da sociedade² (LOUREIRO, 2009: 106).

Devemos pensar no termo “objeto” não somente como algo material, físico e palpável; o olhar transcende ao objeto nos faz entender o porquê de aquele instrumento ter sido criado daquela forma, com aquele aspecto físico e quais adaptações ele passou, além de sua aparência dita como palpável. O indivíduo produz objetos com fins diversificados, alguns são símbolos de riqueza, outros fazem parte de ritos, outros são símbolos de recordações, assim sucessivamente. Estamos submersos em um mundo repleto de objetos circundantes e cheios de significados, que abarcam assuntos diversos e dinâmicos.

² Os cursos acadêmicos de Museologia proliferam-se por todo o território nacional, contribuindo essencialmente para aumentar as bibliografias sobre teorias museológicas. Especificamente em contexto amazônico, a Universidade Federal do Pará é a única instituição federal da região Norte que oferta o curso de Graduação em Museologia, inaugurado no ano de 2009. Tendo como base a avaliação do Ministério da Educação (MEC), O referido curso já formou diversos profissionais museólogos e está entre os melhores cursos de Museologia do país. Este artigo é fruto do curso de Museologia do Norte e pretende colaborar com conhecimentos acerca da teoria museológica aplicada à objetos arqueológicos na Amazônia.

Os objetos não são simples apetrechos e trecos, são símbolos subjetivos de cada cultura. Não são utilizados apenas para fins utilitários ou com funções pré-estabelecidas, podem mudar de função com o passar do tempo e adaptarem-se à época em que vivem. Não podemos classificar um objeto somente pela forma que ele aparenta, também devemos levar em consideração suas características intrínsecas e extrínsecas. Todo o sentido histórico por trás deste, todo o valor sentimental e toda a função diferente da função inicial são consideradas características transcendentais ao objeto em si. O objeto acaba tornando-se extremamente subjetivo e alcançando diferentes níveis de entendimento para diferentes pessoas e culturas.

O significado dos objetos não é exaurido apenas por uma análise formal, torna-se primordial pesquisar sobre “a vida social” dos objetos, do seu processo social, envolvendo sua fabricação, uso, valorização, reaproveitamento, descarte ou possível musealização (APPADURAI, 2008: 15).

Ao analisarmos as diversas interfaces do objeto material, passaremos então a falar de um conceito ligado ao campo da Museologia denominado “musealização”:

[...] a operação de tentar extrair, física ou conceitualmente, algo de seu ambiente natural ou cultural para dá-lo um *status* museal, transformando-o em *musealium* ou *musealia*, ‘objeto de museu’, ao fazê-lo entrar no campo do museal [...]. Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas que é levado a dar um testemunho autêntico sobre a realidade (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 26 e 28).

Ao pensarmos nesta definição, a musealização seria o processo, enquanto a museália estaria ligada ao objeto em seu contexto de museu. Esta gama de processos infocomunicacionais acontece através de procedimentos ligados à seleção, aquisição, conservação, documentação, pesquisa e comunicação dos objetos que adentraram ao contexto museológico (LOUREIRO, 2015: 122).

O objeto, para tornar-se museológico, precisa ser documentado de forma correta, obedecendo procedimentos científicos atrelados à conhecimentos de conservação para a devida preservação da peça. As pesquisas envolvendo objetos museológicos são essenciais para que o museu possa, através da museografia, exercer seu papel de veículo informacional.

Precisamos esclarecer que existem diversos autores conceituados que abordam o conceito de musealização das mais variadas formas. Alguns cunham este termo para denominarem uma gama de processos; outros, o utilizam para elucidar que o objeto torna-se automaticamente museológico, sem precisar passar por todos os processos. Portanto, ao utilizarmos o termo “musealização”, estaremos utilizando especificamente os trabalhos de autores como: Diana Lima, André Desvallées, Jacques Mairesse, Martin Schärer e Maria Lúcia Loureiro.

Nos ensinamentos de Diana Lima, a musealização como processo: “diz respeito ao processo que abrange o juízo/atitude – eivado de significações, de conteúdo simbólico – em facetas [...] capazes, também, de ajustarem-se em movimentação permanente” (LIMA, 2013: 51). Portanto, esse processo não está somente limitado às condições físicas do objeto (documentação, conservação, seleção, aquisição), mas também adentra ao seu campo simbólico, cheio de significados que podem ser modificados com o tempo e/ou a partir do olhar de interlocutores diversos.

O significado simbólico acaba atribuindo ao objeto uma carga de valor (não estritamente econômico), portanto, aquele objeto deve ser guardado, preservado, patrimonializado. Para Diana Lima, o objeto sofre a musealização e:

Assim, dota-o de teor museológico, colocando-o sob tutela especializada para a proteção e guarda: a salvaguarda para preservação. O procedimento instaurado pela Revolução Francesa e a Patrimonialização ou institucionalização dos bens que se solidificou na seara dos Museus ao longo dos séculos seguintes, especificamente por volta da segunda metade do século XX e com feição de sentido similar denomina-se Musealização (LIMA, 2012, p. 40).

A partir do conceito de musealização, podemos pensá-la voltada à peças arqueológicas, tendo em vista sua possível musealização através de um objeto dotado de um significado que pode ter sofrido modificações durante o seu “ciclo de vida”.

Ao consultarmos Maria Cristina Oliveira Bruno, nos deparamos com o seguinte conceito: “... pode-se inferir que os processos de musealização estão vinculados à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica” (BRUNO, 2014: 7). Portanto, acreditamos que após a exumação e pesquisa das peças encontradas nos trabalhos arqueológicos, podemos verificar que esses objetos estão diretamente vinculados a uma sistematização

de sentidos e significados, advindos das pesquisas arqueológicas e posteriormente podem participar de um processo de ressignificação, perpassando por uma possível musealização.

Notamos que Cristina Bruno (BRUNO, 2014: 4) acaba não adentrado à problematização do conceito de musealização aplicado à objetos arqueológicos. Suas discussões não perpassam claramente analisando a cultura material em si, pois sua pesquisa está voltada à interdisciplinaridade dos campos da Museologia e da Arqueologia.

Porém, Diana Lima (LIMA, 2013: 390) exemplifica em um de seus artigos, os processos de musealização conjuntamente com uma mudança de estado deste objeto para um contexto museológico. De acordo com a autora em questão, os objetos vão de um “Estado comum à museália”, sendo a simbolização uma força que mudaria o sentido do objeto, para este ser musealizado:

A força da simbolização transmuda o sentido de uma coisa qualquer do nosso mundo para significar um objeto musealizado, o mesmo que museália. O novo status integra-o à coleção, ao acervo, caracteriza-o inserido no campo museológico (LIMA, 2013, p. 390).

Ao pensarmos em objetos arqueológicos, devemos destacar que esse material não está sendo integralizado ao museu por ser um objeto qualquer e estar envolto no que chamamos de museália. Este objeto está sendo integralizado à instituição museológica justamente por já ser um objeto diferenciado e que, por lei, deve ser preservado, guardado e conservado.

Quando citamos Martin Schärer (SCHÄRER, 2009: 88) abordando musealização, passamos por uma grande problematização ao tratarmos objetos arqueológicos, pois, para este autor:

[...] no processo de musealização, o espírito original e o contexto social íntegro das coisas desaparecem [...] Uma coisa musealizada tornou-se algo diferente de sua realidade anterior, embora seja fisicamente idêntica ao que era (SCHÄRER, 2009, p. 88, tradução: Diana Lima).

Não podemos esquecer que, no contexto arqueológico, o espírito original e contexto do objeto já desapareceu desde o seu desuso/descarte. O material arqueológico perpassou por diversas realidades antes de chegar efetivamente ao museu. Além de não perder totalmente seu contexto social (como objeto arqueológico), tendo em vista já ter perdido seu contexto anterior e já ter adquirido um novo contexto. O objeto não se torna diferente da sua realidade anterior, pois a sua atual realidade é a de patrimônio histórico. Daremos

continuidade ao nosso pensamento acerca do patrimônio com Desvallées e Mairesse em Conceitos Chaves de Museologia:

O campo mais complexo que constitui a problemática da transmissão – o campo patrimonial – induziu, nos últimos anos, uma reflexão mais precisa sobre os mecanismos de constituição e de extensão do patrimônio: a patrimonialização. Para além da abordagem empírica, numerosas pesquisas atualmente tentam analisar a instituição, a fábrica do patrimônio, como a resultante de intervenções e de estratégias enfocando a marcação e a sinalização (enquadramento) [...] (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 75 e 76).

Primeiramente, devemos pensar que, os objetos arqueológicos já são patrimônio da nação de forma instantânea, desde o momento em que foram achados em escavações arqueológicas, feitas de forma legal ou até mesmo as ilegais.³ Neste trabalho, abordamos o conceito legal de patrimônio histórico para enfatizarmos a necessidade do tratamento conceitual diferenciado dos objetos arqueológicos no contexto museológico. Esse material está devidamente protegido através de legislação específica, como podemos ver no Art. 1º e Art. 4º do Decreto-Lei n. 25 de 1937:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º (BRASIL, 1937).

Portanto, quando nos referirmos sobre a musealização de objetos arqueológicos, devemos considerar que a patrimonialização deste tipo de objeto não decorre da musealização em si, mas sim de lei vigente em território brasileiro que trata da guarda e

³ Legais (com autorização prévia do IPHAN) e ilegais, tendo como base o Artigo 1º, alínea “c” da Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais. Art 1º: Para os fins da presente convenção, a expressão “bens culturais” significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência, e que pertençam às seguintes categorias: c) o produto de escavações arqueológicas (tanto as autorizadas quanto as clandestinas) ou de descobertas arqueológicas.

da conservação destes conjuntos de bens móveis e imóveis vinculados à fatos memoráveis da História do Brasil.

Ao conceituarmos a palavra “Patrimônio”, também nos deparamos com uma conceituação específica, voltada aos objetos arqueológicos como patrimônios independentemente de sua musealização. Como exemplo, traremos a seguir o conceito de Patrimônio difundido pela UNESCO:

[Patrimônio Cultural:] os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência (UNESCO, 1972).

Portanto, de acordo com a UNESCO, objetos arqueológicos estão inseridos como bens culturais, ou seja, patrimônio cultural, portanto, são considerados patrimônio de forma intrínseca e instantânea. Cabe ao Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico (IPHAN) zelar por esses bens e mantê-los preservados para as gerações vindouras.

A ideia de tratar a musealização de uma forma mais específica não acontece apenas no contexto de objetos arqueológicos, podemos pensar em outros tipos de objetos que entram no museu já patrimonializados, como por exemplo, os objetos paleontológicos ou os patrimônios imateriais.

ESTUDO DE CASO: AS LOUÇAS DO SÍTIO ENGENHO DO MURUTUCU EM BELÉM-PA

O sítio histórico e arqueológico Engenho do Murutucu localiza-se na Estrada do Ceasa, no bairro do Curió Utinga em Belém do Pará, e foi um dos principais engenhos de açúcar e água ardente da região amazônica desde meados do século XVII. Sua informação escrita mais antiga data de 1711 com a documentação da construção pelos Frades Carmelitas de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição que ainda permanece no engenho e encontra-se em ruínas nos dias atuais. O engenho contou com mais de 300 anos de ocupação e neste período muitos grupos sociais conviveram neste lugar, dentre eles: indígenas escravizados, negros escravizados, senhores e senhoras de engenho, padres, dentre outros (PINA 2016: 1).

No ano de 1766 a propriedade do Engenho passou a pertencer ao arquiteto italiano Antônio José Landi, símbolo histórico e arquitetônico da cidade de Belém no século

XVIII e também símbolo internacional como arquiteto. Antônio Landi participou da construção do Palácio do Governo do Estado do Pará, da Igreja do Carmo, Igreja das Mercês, dentre outras. Participou também da restauração da já existente Capela de Nossa Senhora da Conceição, inserindo em sua fachada elementos do neoclassicismo. (AZULAI, 2014: 10). Outro fato histórico que marcou o engenheiro foi a sua relação com o Movimento da Cabanagem (1835 – 1840), quando o local foi utilizado de maneira temporária como acampamento das tropas de revoltosos guiadas pelos líderes da revolução cabana cujos nomes eram: Antônio Vinagre, Angelim e Gavião (AZULAI, 2014: 10 e PINA 2016: 1).

O Engenho do Murutucu entrou em ruínas no ano de 1850 e deixou de exercer funções. Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional – IPHAN em 08 de outubro de 1981 e, a partir desta data, passou a ser conhecido como Sítio Histórico Engenho do Murutucu. Atualmente, o referido sítio é propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), porém, o uso e exploração do sítio está em negociação, para que estes sejam passados à Universidade Federal do Pará (UFPA), visando fomentar a pesquisa acadêmica (COSTA, 2015: 4).

Por ser um sítio de extrema importância para a região amazônica, diversas intervenções arqueológicas já aconteceram ali. As primeiras intervenções aconteceram em 1986, resultantes de um curso de Arqueologia Histórica coordenado e ministrado pela professora Dra. Margarida Andreatta da Universidade de São Paulo. Nos anos de 1996 e 1997 foram realizadas pesquisas no interior da capela e da casa grande. As pesquisas contaram com a coordenação de Fernando Marques, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) com o apoio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 2000 houve a retomada das pesquisas arqueológicas no engenho por Fernando Marques juntamente com o geólogo João Barradas. Como resultado da pesquisa, obtivemos estudos apontando diversas áreas como possíveis zonas de interesse arqueológico (COSTA, 2015: 5).

Os remanescentes materiais coletados nas escavações de 1986, 1996-97 e 2000 encontram-se no acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em seu laboratório destinado aos estudos de Arqueologia Histórica. Dentre os remanescentes coletados podemos encontrar vários tipos de materiais como louças (faiança simples, faiança fina,

grés e porcelana), vidros (oriundos principalmente de garrafas), metais (provenientes de construções e também de armaria) e cerâmicas (construtivas e domésticas).

A partir de 2014 o Sítio Histórico Arqueológico recebeu o Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos que vem sendo coordenado pelo professor Dr. Diogo Costa (PPGA/UFPA) e tem como objetivo a coleta de remanescentes da cultura material de diversos grupos sociais que viveram no Engenho do Murutucu. O projeto teve, até então, a duração de três anos (2014, 2015 e 2016), tendo a sua última escavação acontecido em Julho de 2016.

A base de todos os dados utilizados em nosso estudo de caso encontra-se em uma produção de iniciação científica (PIBIC/CNPq) (PINA, 2016: 1), produzida durante o período de 2013 à 2016, referente especificamente aos atributos morfológicos e tecnológicos das louças exumadas do Sítio Histórico e Arqueológico Engenho do Murutucu.

De forma específica, as louças são símbolos de um período intenso na produção de artefatos voltados ao consumo de alimentos sólidos, consumos de alimentos líquidos, bibelôs, dentre outros objetos que demonstravam certo *status* social, dando aos seus proprietários algum diferencial no que tange à demonstração de poder econômico em meados do século XVI, estendendo-se inclusive aos dias contemporâneos (LIMA, 1997: 131).

Em um primeiro momento, torna-se válido destacar que as louças podem ser consideradas cultura material, portanto, são objeto direto de estudo da Arqueologia Histórica juntamente com a Museologia. Ambas as disciplinas apresentam caráter interdisciplinar, dialogando frequentemente em assuntos voltados ao patrimônio, ao estudo de remanescentes dos mais diversos tipos de cultura material e também quando tratamos de conservação, guarda ou eventual descarte de objetos arqueológicos.

Partiremos da união de todas as planilhas que documentaram as louças retiradas do Engenho do Murutucu nas escavações de 1986, 1996-97, 2000, 2014 e 2015, para uma identificação conjunta do material em louça e suas variáveis tecnológicas e morfológicas que informam sobre o processo de confecção e utilização das peças, levando em consideração também o descarte de tais objetos. Iniciou-se a análise das louças a partir dos seguintes atributos: pasta, esmalte, técnica de decoração, cor e padrão decorativo (ZANETTINI, 1986: 120 e TOCCHETTO, 2001: 21).

Analizamos os dados em sua totalidade para então conseguirmos chegar a resultados específicos envolvendo o seu uso, grafismo, significado, sua ressignificação e também a possível musealização dos objetos em louça encontrados no Sítio Engenho do Murutucu.

Quanto às formas das louças, percebemos que mais de 40% dos fragmentos de louça exumados do Sítio Engenho do Murutucu têm relação com fragmentos de pratos. O restante do material encontrado é proveniente de fragmentos de garrafa, malga, xícara e pires. Esses materiais caracterizam a incidência maior do serviço de mesa em detrimento dos serviços de cozinha e higiene. Vale ressaltar que as louças não podem ser compreendidas apenas pelo seu papel funcional, devemos considerar também o seu significado, intrínseco à matéria em si, lembrando que este significado é dinâmico, sofre mudanças ao longo dos anos. A dinamicidade deste significado está diretamente relacionada à ressignificação das louças que será tratada mais profundamente no decorrer deste artigo (LIMA, 1995: 143).

Quanto às pastas das louças, percebemos que os fragmentos encontrados em maior número são as Faianças Simples e as Faianças Finas, ambas procedentes da Europa. A faiança simples teve sua produção iniciada anteriormente à produção da faiança fina, sendo a faiança fina um aprimoramento da técnica de fabricação utilizada na produção da faiança simples, portanto, torna-se importante observar que no período de ocupação do Sítio Engenho do Murutucu não havia a produção nacional deste tipo de louça, por conseguinte, tanto a faiança simples quanto a faiança fina eram importadas da Europa diretamente para o Brasil, especificamente para Belém do Pará (PINA, 2016: 5).

A partir da Revolução Industrial, houve a fabricação em massa de diversos itens anteriormente tidos como de uso exclusivo das classes com maior poder aquisitivo. Exemplo de uma produção em massa foi a louça com a pasta faiança fina, havendo a popularização desse tipo de objeto. Sua produção deu-se a partir do século XVIII, sendo o produto do esforço de vários oleiros para “imitar” a porcelana vinda do Ocidente (SYMANSKI, 2002: 43).

Com a reprodução em grande escala, os grafismos presentes nas louças de faiança fina disseminaram-se rapidamente por diversos locais, atravessando continentes e afetando diretamente o dia a dia dos diversos consumidores que as adquiriam. Particularmente no Brasil, a utilização das louças foi impulsionada a partir do momento

que a família real portuguesa mudou-se para o Brasil, trazendo consigo novos modelos e padrões de comportamento da elite europeia. O mimetismo aconteceu quando as famílias brasileiras buscaram adotar o estilo burguês europeu, lançando-se em um modo de vida tido como mais “civilizado”. O novo estilo foi marcado pela indústria do consumo, portanto, as famílias brasileiras acabaram adquirindo mais itens domésticos, como, por exemplo, as louças. O objeto não era mais apenas um objeto, simbolizava um processo de urbanização, um estilo de vida, transmutava-se em signos de distinção social (SYMANSKI, 2002: 48).

A técnica mais utilizada nas louças exumadas do Engenho do Murutucu foi a Pintada à mão, que congloba diversos tipos de pinturas à mão (através do uso de pincéis, esponjas e carimbos), totalizando mais de 65% dos fragmentos analisados.

Cada uma das técnicas presentes nas louças configura um tipo de produção diferenciado, desde a produção manual (pintado à mão, mais encontrada em Faianças Simples) até uma produção mais industrial (superfície modificada, encontrada em Faianças Finas). O aprimoramento das técnicas se deu também pela produção em massa, juntamente com a demanda (consumo) preterida na época. Os processos de produção e suas variações acabaram sendo adequados à demanda, de acordo com os anseios e desejos dos compradores da época.

Vale ressaltar que a mudança na técnica atribuía um valor diferenciado ao objeto. No caso das louças, esse valor era repassado aos consumidores que compravam as louças também para adquirir o *status* atrelado à peça, não apenas para utilizá-la em seu cotidiano. Outro ponto importante a ser ressaltado são as diferenciações entre louças utilizadas no dia a dia e louças utilizadas apenas em dias de acontecimentos especiais ou para receber visitas importantes (LIMA, 1995: 131).

Quanto às cores encontradas nos fragmentos de louça provenientes do Engenho do Murutucu, podemos perceber que a cor predominante nas peças analisadas é a cor azul, aparecendo em mais de 50% dos fragmentos de louça analisados. Não obstante, cabe ressaltar que a coloração azul fora a primeira cor utilizada na fabricação das louças. Vale ressaltar que a coloração é posta na peça em sua fabricação e esta cor é aplicada na camada vitrificada da louça, chamada esmalte.

Juntamente com a técnica, a coloração é um elemento de extrema importância para podermos mensurar uma datação aproximada daquele fragmento de louça, pois algumas

cores tiveram o seu surgimento posterior, portanto, podemos aproximar seu período inicial de utilização com maior precisão.

Quanto ao estilo de decoração, o Estilo de Faiança Simples mais encontrado no Engenho do Murutucu foi o Branco e Azul, totalizando 27% de todas as peças classificadas. O Estilo em questão teve sua inspiração baseada nas porcelanas chinesas e nas louças italianas, datam entre os séculos XVI e XVII (COSTA, 2003: 90).

Quanto à decoração impressa, sua principal característica consiste em sua aplicação ser feita abaixo da cobertura do esmalte da louça. O padrão decorativo impresso que mais apareceu nas pastas de Faiança Fina encontradas no Engenho foi o Chinoiserie. Este padrão tem como principal característica desenhos que foram inspirados nas decorações de porcelanas chinesas, sendo que algumas decorações foram copiadas de maneira integral. O Chinoiserie data aproximadamente do século XVIII e XIX (COSTA, 2003: 90).

Existe uma característica extremamente importante no Padrão Decorativo Chinoiserie, pois as louças decoradas com esse padrão eram confeccionadas com cenas ou ilustrações pintadas nas louças que eram utilizadas para contar histórias fruto da herança cultural de diversas regiões chinesas, além do uso doméstico atribuído a essas louças. Este tipo de comportamento demonstra as inúmeras significações que um mesmo objeto possa demonstrar, deixando evidente a sua função doméstica, porém, o seu significado está imerso em uma zona imaterial que também deve ser considerada.

As louças, encaradas como objetos da cultura material podem ser consideradas agentes materiais sobre os indivíduos que dela se utilizam. A agência de objetos está presente em diversos campos, como por exemplo, no campo utilitário, estando estritamente ligado ao uso do objeto. Ao perpassarmos pelo campo utilitário, podemos nos deparar com o campo simbólico, analisando de que forma a utilização das louças no campo utilitário estaria reverberando significados e significações aos seus usuários (MILLER, 2013: 66; LIMA, 2011: 12 e MENESES, 1983: 112).

Ao falarmos de louças, devemos elucidar que o conceito de cultura material está vinculado diretamente como correlato ao conceito de “Patrimônio” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2010: 121). Levando em consideração os pensamentos de Maria Lucia Loureiro:

Os estudos de cultura material abordam o mundo das coisas materiais como uma das forças que constituem a sociedade e desempenham um papel mnemônico que não se limita a aspectos puramente simbólicos. Em outras palavras, objetos não são meros elementos do mundo, subordinados exclusivamente à experiência e interpretação do sujeito pensante (LOUREIRO, 2015, p. 121).

Portanto, ao estudarmos a cultura material, compreendemos que existe, de fato, uma agência dessa materialidade na interpretação do sujeito pensante que está interagindo com o objeto. As interpretações podem ser diversas, portanto, o objeto carrega consigo o material e o imaterial, de forma dinâmica, mudando com o passar dos anos e também a partir do olhar daquele que o vê e o percebe como objeto simbólico.

Durante a vida social deste objeto, especificamente das louças, percebemos a agência dessa materialidade sobre a vida de seus usuários (LIMA, 2011: 12). Podemos tomar como exemplo o campo utilitário da louça, a forma em que ela era utilizada em um contexto familiar juntamente com o campo simbólico que esta louça carregava, exatamente por não ser apenas um apetrecho familiar e por influenciar diretamente nas relações sociais.

O CICLO DA LOUÇA: DA PRODUÇÃO À MUSEALIZAÇÃO

Elucidaremos a “vida social” da louça, desde a sua fabricação, venda e comércio, uso primário (exercendo a função que foi designada), o seu descarte, sua recuperação/ativação através do trabalho do arqueólogo e, por conseguinte, a sua possível musealização. Vale ressaltar que não são todas as louças produzidas que passam por este ciclo, o contingente de material produzido não pode ser comparado ao número de peças que são encontradas nas escavações e ressignificadas posteriormente. Iremos focar nas louças advindas do Engenho do Murutucu, porém, este ciclo pode ser utilizado com as devidas ressalvas quando formos falar de louças originadas de diferentes contextos.

Essa possível musealização seria consolidada a partir de processos ligados à documentação, conservação, acondicionamento e preservação das peças em louça. Após os procedimentos de musealização, poderíamos analisar a viabilidade de expor as louças ao público, para concluirmos o processo infocomunicacional museológico (LOUREIRO, 2015: 121).

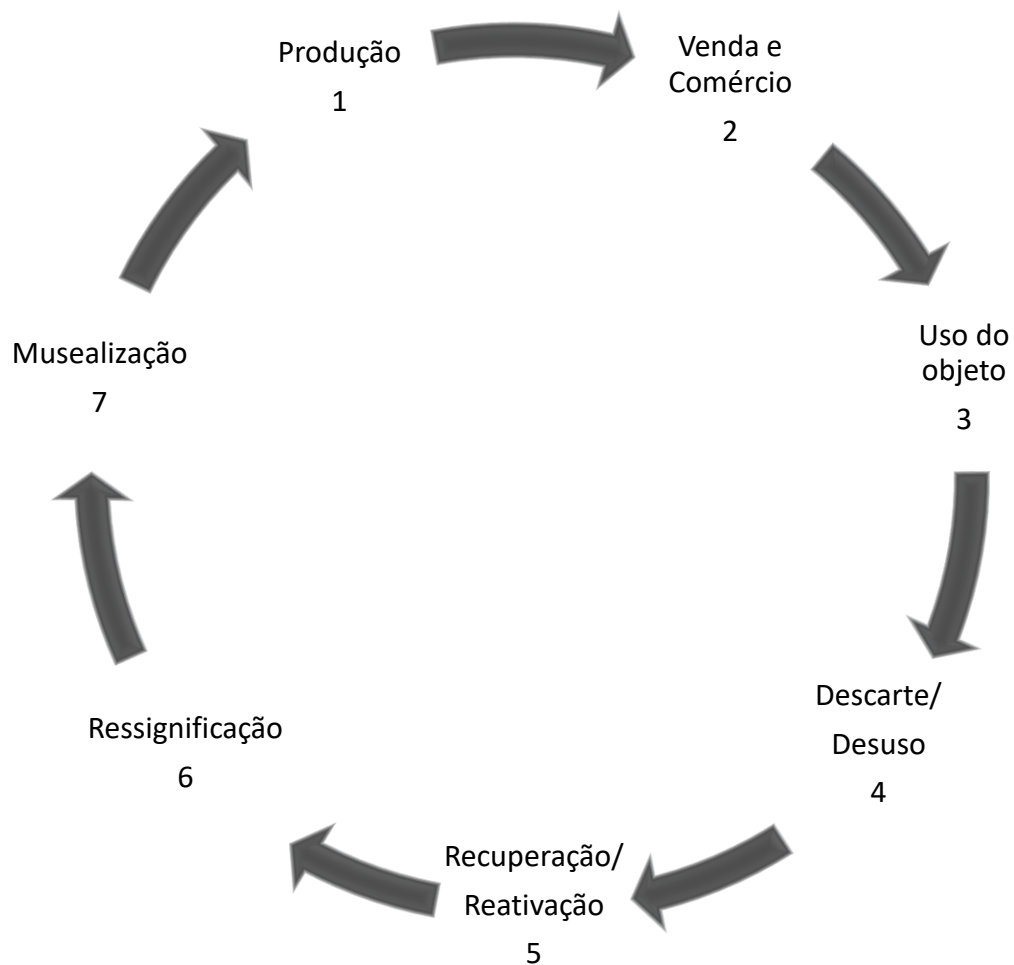


Figura 1: Ciclo relativo às louças desde a sua produção até a sua musealização.

Primeiramente tivemos a produção da louça, confeccionada desde meados do século X (no caso das porcelanas) e meados do século XVI (no caso das faianças). As porcelanas começaram a ser produzidas e comercializadas na China em meados do século X e eram cobiçadas por terem uma qualidade incrível em razão de sua produção seguir padrões rígidos e por sua pasta ser completamente uniforme.

Houve então a venda progressiva, fomentando o comércio dessas louças para diversas partes do mundo. Com o início da revolução industrial conseguimos perceber um grande aumento no contingente de louças produzidas, portanto, os mercados ultramarinos puderam ser explorados de forma exponencial. Localidades além-mar europeu conseguiram receber diversos tipos de louças (faianças, porcelanas e grês) fruto do comércio ultramarino. Uma dessas localidades é o Brasil, por conseguinte, Belém do Pará, considerada a Paris na América.

O uso das louças estava ligado ao âmbito doméstico, elas eram utilizadas como utensílios do cotidiano (as mais simples) ou para celebrações e ocasiões especiais (as mais elaboradas). O posterior descarte das peças acontecia em virtude de impactos mecânicos que faziam o material despedaçar-se, perdendo seu uso e função original. Ressaltamos que existem diversas formas de abandono de objetos materiais registrados no âmbito arqueológico. Falando especificamente das louças, podemos observar que seu descarte/desuso pode acontecer por diversos fatores inerentes à peça em si (PINA, 2016: 15).

Quando as peças são encontradas por profissionais da Arqueologia, percebemos que essas peças passam por uma reativação de seu sentido como objeto. Estamos dando às peças encontradas uma camada de significação, pois levamos em consideração que o objeto não está mais sendo utilizado para fins domésticos, portanto, passamos a lidar com um artefato arqueológico recuperado ou reativado. Lembrando que, cabe ao IPHAN zelar e salvaguardas este artefato protegido por lei.

As peças, depois de encontradas, passam por uma ressignificação, modificam o seu significado, seu uso e sua função. Não são mais encaradas como peças de utensílio doméstico, agora são consideradas patrimônio cultural, que deve ser protegido e salvaguardado.

Podemos acrescentar que, não são todos os materiais que sofrem a ressignificação, nem tudo é ressignificável. Exemplos de materiais que não são ressignificáveis são aqueles descartados logo após o seu fabrico, não adquirindo nem a significação de objeto de uso doméstico. Outro exemplo são os diversos outros materiais que não são encontrados pelos arqueólogos e que continuarão enterrados e inativos tanto por não existirem de fato no mundo real, quanto por não sabermos mensurar sua quantidade, classificação, dentre outros. O arqueólogo trabalha respondendo perguntas elaboradas em seus projetos de pesquisa, portanto, não temos como esgotar todo o material que está abaixo do solo, isto seria utopia.

Por fim, as louças, como objeto que são, também possuem uma vida social que remonta desde a sua produção até o seu referido desuso/descarte, perpassando por sua recuperação através de escavações arqueológicas e, por fim, sua possível ressignificação tanto dentro dos museus, adquirindo uma forma de “aura” museal (perpassando pela musealização), quanto na sua possível ressignificação simbólica, através de sua

reprodução em acessórios como roupas, joias, sapatos, dentre outros diversos tipos de suporte. Percebemos que com o passar do tempo, o objeto modifica seus significados. Primeiramente, temos um significado atrelado ao uso doméstico; de forma posterior, apresenta o significado de artefato arqueológico, quando encontrado em contexto; após sua coleta e pesquisa, “veste-se” de seu significado museal, tornando-se objeto museológico.

Partiremos agora para a análise da possível musealização das louças do Sítio Histórico Engenho do Murutucu. Primeiramente, as louças, como objeto arqueológico, pertencente ao conceito de patrimônio cultural, conseqüentemente são consideradas como bens culturais. De acordo com a Lei 11.906/2009:

Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, Lei 11.906/2009 – IBRAM, 2009b).

Portanto, as louças encaixam-se perfeitamente no conceito de bens culturais passíveis de musealização, pois são de interesse público, de natureza material, tomados de forma conjunta e são referência à cultura e à memória de um dos grupos formadores da sociedade brasileira. Resta-nos clara a necessidade de musealização dos artefatos em louça encontrados no Sítio Engenho do Murutucu.

A musealização dos artefatos em louça do Engenho do Murutucu aconteceria de acordo com os processos já elencados da musealização, respeitando: a conservação, pesquisa, documentação, preservação dos objetos e também incluiria uma exposição acerca desses artefatos.

Não podemos deixar de mencionar que os objetos arqueológicos já são patrimônio e não sofreram o processo de patrimonialização apenas quando se tornaram objetos de museu. Os artefatos arqueológicos sofreram processos de significação e ressignificação com o passar de sua “vida social” e, portanto, não podem ser encarados como um “objeto comum” que teria um “valor” (museália) apenas quando fosse um objeto museológico. Quando Diana Lima menciona a Museologia como “processo cuja natureza imprime ao bem cultural um caráter diverso de sua função original” (LIMA, 2012: 40), está generalizando os processos que acontecem aos mais variados tipos de objetos que

adentram aos museus. Em se tratando especificamente de objetos arqueológicos, portanto, louças, sua função original já foi modificada desde o seu descarte. Quando este objeto arqueológico chega ao museu, tem função de patrimônio, eivado de significados oriundos de grupos formadores da sociedade brasileira. Após o trabalho do arqueólogo na tentativa de encontrar artefatos e reativar seus sentidos como objetos, estes mudam sua função. A louça arqueológica é patrimônio da nação e não mais um utensílio doméstico.

Para pensarmos efetivamente na musealização das louças do Engenho do Murutucu, devemos torná-la palpável e real. Vinculado ao projeto original⁴, temos um Projeto de Extensão chamado: Arqueologia e o Público no Engenho do Murutucu que visa estabelecer visitas guiadas no próprio Sítio, para os diversos públicos (acadêmicos e não acadêmicos) interagirem com o patrimônio cultural presente no espaço. A possível exposição das louças estaria ligada ao projeto de extensão citado, podendo acontecer dentro das escolas, para o público escolar ou até mesmo dentro do próprio complexo do Engenho do Murutucu, havendo a musealização in situ e fazendo deste sítio, um museu. Transformar o Engenho em museu é uma ideia que poderá ser executada futuramente.

A função social dos museus reside no fato de que este existe à serviço da sociedade. “Assim como a conquista da leitura de um texto se faz dispensar a figura alheia que leria para nós, a exposição também mostra sua eficiência ao criar formas de comunicação e dispositivos de reflexão sem tutela” (RAMOS, 2004: 5). Os museus têm uma:

[...] dupla missão [...] em relação à preservação física e acesso ao patrimônio cultural. Comprometidos com a salvaguarda de bens para o futuro e, simultaneamente com seu acesso e uso no presente, os museus necessitam enfrentar esse dilema (LOUREIRO, 2015, p. 101).

Cabe ao museu servir como centro de divulgação de conhecimento científico, através de suas exposições (expografia), pois tendo uma dupla missão, a de informar e a de preservar, deve balancear da melhor forma possível a inter-relação entre público e objetos de museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o que foi exposto neste artigo, problematizamos o conceito de musealização e vislumbramos a importância em tratarmos de forma diferente o conceito

⁴ Projeto Sítio Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos.

de musealização quando tratamos de objetos arqueológicos. Pensar nesse processo de forma crítica e mais específica para diferentes contextos, inclusive no contexto arqueológico, tendo em vista que os artefatos já são patrimônio desde a sua exumação e não são objetos ditos “comuns”. Devemos voltar o nosso olhar para objetos que adentram ao espaço museológico já patrimonializados, como por exemplo, os objetos paleontológicos.

A discussão aqui exposta não se restringe apenas ao contexto arqueológico, ela é uma discussão conceitual sobre o processo de musealização de objetos. A partir do estudo de caso das louças do Engenho do Murutucu, conseguimos esclarecer de que forma é possível a musealização dos objetos arqueológicos, porém, não podemos nos fechar apenas ao estudo de caso. O conceito base de pensar em uma musealização específica vai além do contexto arqueológico.

Precisamos expandir o conceito de musealização e pensá-lo a partir de contextos específicos. Não podemos pensá-lo a partir de uma visão generalista, pois seus processos dependerão do objeto, do conteúdo e conseqüentemente do contexto que estamos lidando.

Percebemos que o diálogo entre a Arqueologia e a Museologia é extremamente frutífero, pois as disciplinas se complementam, justamente por ambas serem interdisciplinares. A partir deste diálogo, a possível musealização de objetos arqueológicos tornar-se-á palpável e real, havendo uma contribuição imensa para ambas as disciplinas.

Parte importante para na contribuição da Museologia para a Arqueologia seria a utilização no campo arqueológico dos preceitos museológicos no que tange a conservação, salvaguarda e documentação de acervos. Não podemos olvidar o fato de que a Museologia trará para os acervos arqueológicos, além da conservação correta, a possibilidade de mostrar este acervo para os mais diversos públicos, não só o acadêmico. A exposição das peças do Engenho através do Projeto de Extensão “Arqueologia e o Público no Engenho do Murutucu” é uma importante etapa para concretizarmos a musealização das louças, pois as exposições museológicas demonstram ao visitante o caráter crítico e científico das instituições museológicas. Através da exposição, uma ressignificação ou re(leitura) será feita pelo público que frequenta o museu, tendo em vista a sua experiência museal individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

AZULAI, L. C. D. O. *Relação Interdisciplinar entre Museologia e Arqueologia: Uma perspectiva de Preservação e Socialização Patrimonial do Sítio Histórico Engenho do Murutucu*. ICA, UFPA, Belém, 2014.

BRASIL. Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa*, Brasília DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Artístico e Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Presidência da República*, Rio de Janeiro/DF, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Acesso em: 02 Mar. 2017.

BRUNO, M. C. O. Musealização da Arqueologia: Caminhos Percorridos. *Revista de Arqueologia*. Volume 26. No 2. 2013 / Volume 27. No 1. 2014. São Paulo, 2014.

CÂNDIDO, M. M. D. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. In: *Cadernos do CEOM*. Ano 18, n. 21, Santa Catarina, Jun, 2005.

COSTA, D. M. *Lavras do Abade: Estratégia de Gestão para o Patrimônio Arqueológico Histórico em Pirenópolis, Goiás*, 2003.

COSTA, D. M. *Relatório Final da Campanha de Julho de 2014*. Sítio Arqueológico Histórico Engenho do Murutucu. Belém, PA: UFPA, 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.) *Conceptos claves de Museología*. Paris: ICOFOM/ Armand Colin. 2010. Disponível em: <<http://icom.museum/professional-standards/conceptos-claves-de-museologia/>>. Acesso em: 07 Out. 2016.

LIMA, D. F. C. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan-abr. 2012.

LIMA, D. F. C. Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. *Ciência da Informação*. Brasília, DF, v. 42, n. 3, p. 379-398, set./dez., 2013.

LIMA, D. F. C. Museologia, Campo Disciplinar da Musealização e Fundamentos de Inflexão Simbólica: 'Tematizando' Bourdieu para um convite à reflexão. *Museologia & Interdisciplinariade*. Vol. 11, n.4, maio/junho. 2013.

LIMA, T. A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Museu Paulista/USP*, São Paulo. N. Ser. V.3. p. 129-191 jan./dez. 1995.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan-abr. 2011.

LOUREIRO, M.L.N.M. Museus, Museologia e Informação Científica: uma abordagem interdisciplinar. *MAST Colloquia. Vol. 11. Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas*. Rio de Janeiro. 2009.

LOUREIRO, M.L.N.M. Objeto, Informação e Materialidade: Esboço de Pesquisa em Curso. *Revista Museologia e Patrimônio*. Organização: Marcus Granato. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. p. 120-140. 2015.

MENESES, U. B. A Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. In: *Revista de História*. No. 115 (nova série) Julho/Dezembro. USP, SP, 1983.

MILLER, D. Teoria das Coisas. In: *Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

PINA, A. D. V. A Louça do Sítio Escola Engenho do Murutucu. *Relatório de Bolsa PIBIC/CNPq*. UFPA. Belém, Pará, 2016.

RAMOS, F.R.L. *A Danação do Objeto: O Museu no Ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

SCHÄRER, M. Things + ideas + musealization = heritage a museological approach. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-89, jan./jun., 2009.

SYMANSKI, L. C. P. *Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil*. In: *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*, ed. by Andrés Zarankin e Maria Ximena Senatore. Buenos Aires, ediciones del Tridente, 2002.

TOCCHETTO, F. B. /e outros/. *A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios Arqueológicos de Uma Cidade*. Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 2001.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/convention/>>. Acesso: em: 02 mar. 2017.

ZANETTINI, P. E. *Pequeno Roteiro para Classificação de Louças Obtidas em Pesquisas Arqueológicas de Sítios Históricos*. Arqueologia, v.5, Curitiba, 1986.